

### **Moção: Pela aproximação dos estudantes ao mercado de trabalho**

A recente década tem sido palco de um conjunto estrutural de transformações pelos vários modelos de organização social que constituem a globalidade da presença humana. No que ao panorama social, económico e, conseqüentemente, laboral, diz respeito, muitas dessas transformações tiveram como epicentro a crise financeira de 2008, à qual os vários Estados-Membros da Zona Euro e da restante União Europeia não ficaram inevitavelmente indiferentes e de entre os quais, como sabemos, Portugal se destacou pelo particular desafio que foi obrigado a enfrentar. Hoje, o país encontra-se ainda no rescaldo dos efeitos erosivos e degradantes desse fenómeno, que acabou por impactar todos os setores da sociedade.

Torna-se claro que, apesar da descida da taxa de desemprego para 8,7%, julho de 2017, a conjuntura atual reflete ainda elementos precários e que constituem, como tal, desafios fulcrais para o tecido produtivo português. No entanto, é junto dos jovens que esta situação se torna mais preocupante, com a incapacidade de aproveitar e rentabilizar ao seu máximo potencial os recursos humanos especializados que todos os anos completam os seus ciclos de estudo nas Instituições de Ensino Superior (IES), registando-se uma taxa de desemprego jovem que se situa, no mês de julho de 2017, nos 22,6%. Ainda assim, nem todos os elementos que configuram a equação da nova circunstância em que vivemos, em Portugal e no Mundo, esgotam o seu nexó de causalidade na crise. Os avanços tecnológicos, a globalização de tudo e a sedimentação de uma cultura social de cada vez mais competitividade, ambição e frenetismo levaram a que à realidade se impusesse um horizonte distinto, desde logo no que concerne a dinâmica laboral. Tendo em conta as novas filosofias de colaboração, de interação, de competências, de objetivos e de versatilidade que orientam o paradigma da vida ativa vigente,

torna-se fundamental que, do outro lado, os agentes formativos e os estímulos de aprendizagem estejam ativamente próximos e em harmonia com estes novos pressupostos. Assim, é essencial fomentar, junto dos estudantes do ensino superior em particular, um exercício de contacto mais próximo e pragmático à realidade do mercado para que possam, o quanto antes, ser estimulados e enquadrados com o tipo concreto de desafios que acabarão por encontrar ou que pretendem procurar para daí definir também, com motivação acrescida, a sua estratégia pessoal de aprendizagem, amadurecimento e de evolução. Como tal, considera-se premente a necessidade de as IES, agente social de incontestável importância e responsabilidade na criação de valor para a sociedade, desempenharem um papel mais ativo e proativo em levar desde cedo o seu capital humano ao encontro da realidade que os espera em matéria de competências técnicas e pessoais.

Existem, atualmente, instituições que se encontram próximas e conscientes de todas estas necessidades e que tentam direcionar os seus alunos, de forma a que estes possam obter as ferramentas indicadas para o ingresso na vida ativa. Contudo, muitas destas iniciativas pecam por tardias, surgindo perto do fim da formação dos estudantes quando é, no entanto, imperativo que se adote a mentalidade de que o mercado de trabalho e o que este exige não pode ser uma componente distante da formação e, como tal, deverá estar presente durante todo o percurso formativo de qualquer aluno do ensino superior.

Urge então em primeira instância, promover uma séria e ampla reflexão em torno desta problemática, no sentido de procurar respostas para as principais lacunas e de discutir concomitantemente as possíveis estratégias para dar ímpeto a este que, consideramos, deve ser um desígnio assumido do Governo Português e concretamente do sistema educativo.

Assim, de forma a reforçar o cumprimento da alínea c) do artigo 24º do RJIES, vêm as Federações e Associações Académicas e de Estudantes reunidas em sede de Encontro Nacional de Direções Associativas, nos dias 9 e 10 de setembro, propor:

1. A realização de feiras de emprego, conjuntamente com as Associações Académicas ou de Estudantes, com o intuito de aproximar a comunidade estudantil às entidades empregadoras dos respetivos setores, impulsionando empregabilidade estudantil;
2. A negociação, com entidades de setores adjacentes à área formativa, de estágios de curta duração;
3. A criação de inquéritos, a cada dois anos, aos estudantes com o objetivo de determinar quais as suas perspetivas após frequentar o ensino superior, e que dificuldades preveem encontrar no acesso ao mercado de trabalho;
4. O planeamento e execução de um estudo, a cada dois anos, sob a responsabilidade dos Gabinetes de Avaliação e de Monitorização, que incida sobre o ponto 3;
5. A promoção, conjuntamente com as Associações Académicas ou de Estudantes, de formações relativas ao ingresso no mercado de trabalho, assim como ações de consciencialização para a transição para o mesmo;



6. A implementação de formações ou seminários setoriais, obrigatórios ou voluntários, integráveis nos planos curriculares, com intuito de estimular e enriquecer o alicerce crítico e prático de um estudante perante uma área profissional concreta.

Braga, 9 e 10 de setembro de 2017

Proponente: Federação Académica de Lisboa

Endereçado a: Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, Grupos Parlamentares

Com conhecimento de: CRUP, CCISP, APESP